

O “EMPODERAMENTO” COMO PRÁTICA POLÍTICA FEMINISTA: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E IDEOLÓGICOS

Lívia de Cássia Godoi Moraes¹

O intuito deste artigo é apresentar os fundamentos históricos e ideológicos do termo (ou conceito) “empoderamento”, no sentido de tentar compreender o seu lugar no discurso feminista contemporâneo. Interessamos abordar as raízes e as funções que cumprem o “empoderamento” nas estratégias políticas propostas pelas correntes feministas atuais. Depois de ter constituído uma dimensão importante do projeto feminista alternativo, a noção de “empoderamento” se difunde rapidamente nos anos 1990 e se converte em uma “palavra da moda”. A institucionalização das questões de gênero por organismos multilaterais, tais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e Banco Mundial tornaram-se grandes responsáveis pela divulgação do termo “empoderamento” como proposta de prática política. Nesses organismos, o “empoderamento” assume caráter liberal, relacionado a indivíduos com capacidade de fazer escolhas. Dentro de movimentos sociais, entretanto, o termo “empoderamento” tem aparecido como sinônimo de “fortalecimento da autonomia dos oprimidos”. Desvelar o caráter ideológico do termo e suas bases materiais pode auxiliar os movimentos feministas sobre incorporar ou não o termo “empoderamento” ao discurso e a sua estratégia política de enfrentamento ao capitalismo e ao patriarcado.

Palavras-chave: empoderamento, política, feminismo, capitalismo, patriarcado

Introdução

A palavra/termo/conceito “empoderamento”² está presente na maioria dos debates, movimentos, rodas de conversa, lutas sociais, publicações e falas dos coletivos feministas na atualidade. Mas o que significa “se empoderar”? De antemão, o que se sabe é que “empoderamento” tem, em sua raiz semântica, uma relação com poder. Mas de que poder se fala? Esse poder é individual ou coletivo? Esse “empoderamento” vem de fora ou do interior das pessoas? O “empoderamento” envolve questões materiais ou é meramente subjetivo?

No âmbito do senso comum e do cotidiano das mulheres que reproduzem em suas falas a necessidade do “empoderamento”, pouco se questiona sobre tais bases ou o que realmente se tem por objetivo em tal processo.

Cronin-Furman, Gowrinathan e Zakaria (2017) chegam à conclusão de que à despeito de, ou, até mesmo, em razão de(a), falta de clareza na definição do termo “empoderamento” é que ocorre a arrecadação comprovada de bilhões de dólares advindos do Ocidente para o Oriente, em nome do “empoderamento” das mulheres.

¹ Docente do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Trabalho e Práxis. Email: liviamoraes@outlook.com

² Optamos por utilizar o termo “empoderamento” entre aspas, exatamente por seu caráter polissêmico, conforme será exposto no artigo.

O exercício que se propõe aqui, neste artigo, é desvelar os fundamentos históricos, teórico-metodológicos e políticos dos usos do termo. Há uma polissemia, bem como imprecisão e naturalização em torno dessa noção. Faz-se necessário conhecê-la melhor.

O desenvolvimento do artigo se dará da seguinte forma: em um primeiro momento, buscaremos abarcar seus fundamentos históricos e sua trajetória, que não é linear nem consensual; a segunda parte do artigo abarcará as diferenças entre “empoderamento” libertador e “empoderamento” liberal e os objetivos políticos em torno dos quais o termo é apropriado e, por fim, concluiremos o artigo com a tentativa de responder se o termo/prática política “empoderamento” cabe a uma luta feminista revolucionária.

Fundamentos históricos dos usos do “empoderamento”

Batliwala (2007), citando monografia não publicada de Gaventa (2002), da Universidade de Sussex, afirma que “*empowerment*” (empoderamento) pode ser encontrado na Reforma Protestante europeia, e que reverberou por séculos na Europa e Estados Unidos através dos *quakers*³ e da democracia Jeffersoniana⁴, nos primórdios do capitalismo, bem como, mais recentemente, no movimento *Black Power*. De forma equivalente, em outras línguas, o “empoderamento” esteve ligado à ideia de luta por justiça social. Inclusive no estado de Karnataka, na Índia, nos séculos XII e XIII, havia o movimento Veerashaiva contra opressões de casta e gênero, que clamava por *redistribuição de poder* e pelo fim das castas como forma de estratificação social.

Bacqué e Biewener (2015) explicam que, no século XVII, na Grã-Bretanha, o que aparece é o verbo “empoderar” (*to empower*), para se referir a um poder formal, designado por uma autoridade superior. Mas a pesquisa realizada pelas autoras encontrou a palavra “empoderamento” (*empowerment*) apenas no século XIX, a qual corresponderia, ao mesmo tempo, a um estado (empoderado) e a uma ação (dar poder).

Entretanto, conforme tanto Batliwala (2007) quanto Bacqué e Biewener (2015) explicam, o termo “empoderamento” é revitalizado e recebe forte significado político ao final do século XX. É na década de 1970 que o termo “empoderamento” passa a ser utilizado de

³ Garcia (2015, p. 30) explica que a reforma protestante, “ao afirmar a primazia da consciência-indivíduo e o sacerdócio universal de todos os verdadeiramente crentes frente à relação hierárquica com Deus, abriu as portas à interrogação das mulheres ‘por que não as mulheres?’”. Os quakers, um dos grupos formados na Inglaterra a partir de tal reforma, incluíam as mulheres como pregadoras, admitindo que o Espírito Santo poderia se expressar por meio delas.

⁴ Foi Thomas Jefferson quem redigiu a Declaração de Independência dos Estados Unidos, em 1776 (GARCIA, 2015, p. 39).

maneira difusa pela sociedade civil em diversos contextos. Bacqué e Bienwener (2015) apontam para o movimento das mulheres que sofreram violência⁵, o qual emerge no começo dos anos 1970 nos Estados Unidos, como o primeiro a empregar o termo “empoderamento”, caracterizado como um processo igualitário, participativo e local, pelo qual as mulheres desenvolveriam uma “consciência social” ou uma “consciência crítica” que as permitiria criar um “poder interior” e adquirir “capacidades de ação”. Esse poder para atuar seria individual e coletivo ao mesmo tempo, com perspectiva de transformação social.

Assim, o termo “empoderamento”, conforme utilizado a partir da década de 1970, é bem diferente da noção de “empoderamento” utilizada no século XIX, o qual se referia a um poder “autorizado” por um superior, seja no Estado, na hierarquia religiosa ou em cargos profissionais.

De acordo com Bacqué e Bienwener (2015), tanto nos países do sul quanto do norte, na década de 1970, a aparição do termo “empoderamento” tem um mesmo fundamento: a oposição às formas de autoridade hierárquica impostas de cima para baixo (especialmente por Estados fortes), e a conseqüente demanda pelo reconhecimento dos marginalizados e subalternos.

É preciso lembrar que as décadas de 1960 e 1970 são marcadas pelo florescimento de movimentos sociais que deslocam o centro de suas pautas do mundo da produção para reivindicações como libertação das mulheres, questões raciais, direitos dos/as LGBTs⁶, defesa do meio ambiente, dentre outros⁷. A emergência da noção de “empoderamento” coincide com essas mudanças e com o debate teórico que daí surge fortemente, em torno da questão do “poder”, tanto individual quanto coletivo e social.

Esta cuestión [do poder] está, entonces, en el corazón de los debates intelectuales y de las experiencias sociales, en la confluencia de cuatro grupos de preocupaciones y de críticas articulados: un cuestionamiento de la burocracia de la acción pública, que puede conducir al rechazo de la acción pública o a la emergencia de nuevas prácticas profesionales; una reivindicación participativa a partir de la iniciativa de grupos locales y de movimientos sociales; una impugnación de las desigualdades sociales y también raciales y de género; cuestionamientos sobre la articulación entre “estructura” y agency em el cambio social (BACQUÉ; BIENWENER, 2015, p. 17).

Assim, uma leitura teórica pós-estruturalista traz à tona o debate de poder, e do micropoder, especialmente a partir de Michel Foucault, ao mesmo tempo em que o movimento

⁵ Fernandes (2016) afirma que a conscientização das mulheres pode retirá-las da condição de vítimas e colocá-las na condição de “sobreviventes”, por isso optamos por não colocar no texto a expressão “vítimas de violência”. No original de Bacqué e Bienwener (2015) aparece “mujeres golpeadas”.

⁶ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.

⁷ Do nosso ponto de vista, as pautas não são mutuamente excludentes, mas complementares.

das feministas radicais nos Estados Unidos traz o slogan “o pessoal é político”. Retrabalhar as fronteiras entre esfera pública e esfera privada passa a ser algo fundamental nesse debate, na medida em que havia (e, em certa medida, ainda há) uma naturalização de que a esfera pública é ocupada pelos homens, e o lugar da mulher é a esfera privada.

Contudo, outras influências teóricas estão em curso nesta seara. Batliwala (2007), tanto quanto Bacqué e Bienwener (2015), apontam para as influências de Antonio Gramsci, no debate da subalternidade, e de Paulo Freire, em sua análise sobre educação popular. A partir dessas bases, são contrapostos o poder como fonte de opressão e dominação ao poder como fonte de emancipação, desafio e resistência (LEÓN, 1997).

Conforme já apontamos, não é só o campo teórico que torna central o tema do poder, mas também os movimentos sociais. O movimento *Black Power*, nos Estados Unidos, na década de 1970, reivindica o reconhecimento e representação política dos negros e negras, e sua capacidade de produzir seu próprio desenvolvimento econômico a partir da afirmação do poder negro.

É preciso, entretanto, fazer uma ressalva, a partir das investigações de Bacqué e Bienwener (2015): apesar do termo “empoderamento” ser associado ao movimento *Black Power*, e do termo aparecer no discurso de alguns dirigentes do movimento, ele se mantém ali pouco teorizado, de tal modo que é possível afirmar que o poder é um tema central, mas o “empoderamento” não pode ser considerado derivado deste movimento enquanto elemento chave. As investigações demonstram, por exemplo, que o “empoderamento” não se impõe nos debates da Conferência Nacional sobre *Black Power*.

Segundo León (1997), o uso do termo “empoderamento” por parte do movimento social de mulheres apareceu na década de 1980, em rechaço aos modelos de desenvolvimento que, até então, haviam invisibilizado as mulheres. Tal movimento, ao fazer isso, colocou o conceito “empoderamento” na agenda pública. Batliwala (2007) ratifica que o uso do “empoderamento” nos movimentos de mulheres é desse mesmo período, e adiciona o fato de que isso se dá principalmente em países do Terceiro Mundo⁸. Na Índia, por exemplo, foi utilizado por mulheres comprometidas com o desenvolvimento comunitário.

As demandas das mulheres eram, segundo León (1997), em primeiro lugar, uma resposta às necessidades materiais das mulheres, para poderem sobreviver e saírem da pobreza. Tratavam-se de demandas bastante práticas: a luta por emprego, por melhores salários, pela saúde, pela terra, para vagas nas escolas para os filhos e filhas etc. E, para além dessas

⁸ Após a queda do muro de Berlim, em 1989, o termo “Terceiro Mundo” caiu em desuso, mas aqui o reproduzimos para sermos fieis ao original das autoras. Trata-se de países periféricos, especialmente do Sul global.

necessidades mais imediatas, ou, melhor dizendo, conjuntamente com essas necessidades mais imediatas, havia a demanda por uma mudança fundamental nas relações de poder desiguais entre homens e mulheres.

Na década de 1990, contudo, o termo “empoderamento” passa a ser usado pelas agências internacionais de cooperação, tais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e Banco Mundial, e se firma como uma dimensão das políticas públicas nacionais e internacionais. Torna-se um jargão, uma “palavra da moda”. Perde seu conteúdo político mais progressista de transformação social. Adentra, inclusive, o mundo empresarial. Batliwala (2007) afirmou que, nos anos 1990, a prática do “empoderamento” de mulheres se degenerou e se tornou uma prática tecnocrata que respondeu às demandas da economia neoliberal.

Como pudemos observar, esse percurso histórico é turbulento e cheio de contradições. Não há uma história linear que tenha constituído o termo “empoderamento” enquanto conceito universal. É possível dizer que no campo do discurso, o “empoderamento” tem uso amplo e está a serviço dos/as radicais, dos/as liberais e neoliberais e, até mesmo, como registrado por Bacqué e Bienwener (2015), foi adotado por uma parte da direita conservadora dos Estados Unidos. Mas em termos teórico-metodológicos e prático-políticos, seus usos são bastante diferenciados, conforme abordaremos a partir de agora.

Empoderamento libertador e empoderamento liberal

A concepção de “empoderamento” do movimento de mulheres, especialmente do Sul da Ásia e da América Latina dos anos 1980, nasce em contraposição a políticas de desenvolvimento economicistas, por uma abordagem alternativa, em nome da emancipação das mulheres. Interrogam as teorias políticas do desenvolvimento que prevalecem no pós-guerra, denominadas “modernizadoras”. “Cuestionam el lugar de la mujer en esos proyectos de modernización, tanto desde el punto de vista de la igualdad hombres/mujeres como de su eficacia económica” (BACQUÉ; BIENWENER, 2015, p. 53).

La visión feminista vio el empoderamiento como la vía para satisfacer necesidades estratégicas de género, o sea, aquellas que se relacionan con la abolición de la división sexual del trabajo y remoción de formas institucionalizadas de discriminación. Es decir, el empoderamiento como transformación de estructuras de subordinación. O sea, como un proceso de emancipación (LEÓN, 1997, s.p.).

É desses questionamentos, com base em uma abordagem alternativa que emerge uma “interpretação radical de empoderamento”, o “verdadeiro empoderamento” (BACQUÉ;

BIENWENER, 2015; FERNANDES, 2016) ou o que Sardenberg (2008) denomina “*liberating empowerment*” (empoderamento libertador), em contraposição ao “*liberal empowerment*” (empoderamento liberal).

Bacqué e Bienwener (2015), ao desenvolverem a análise sobre a noção de “empoderamento” na Índia, o consideram como um produto do movimento das mulheres do período pós-1975. Afirmam também que a noção de “empoderamento” que nasce na Índia, por consequência, sofre influências das abordagens gandhistas⁹ e da herança colonial. Batliwala (2007), em 1986, desenhou e foi coautora de um programa do Departamento de Educação do Ministério de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Índia, que se intitulou “Educação para Igualdade das Mulheres”, o qual advogava fortemente a prática do “empoderamento”, de forma bastante similar aos métodos de educação popular feminista.

Já existia, no vocabulário indiano, o “empoderamento”, que se referia aos *empowered committees*, um dispositivo profissional empregado nas políticas nacionais de planificação e urbanismo, para elaboração de leis ou para implementação de uma parte do plano nacional. O “empoderamento” tinha o sentido de delegar poder a um comitê, conforme concepção mais tradicional mencionada anteriormente. Foram as feministas indianas que transformaram seu sentido e impuseram progressivamente uma nova interpretação (BACQUÉ; BIENWENER, 2015), uma proposição de “empoderamento libertador” (SARDENBERG, 2008), que seria

[...] o processo no qual a mulher adquire autonomia e autodeterminação como instrumentos para a erradicação do patriarcado, afim de extingui-lo. Essas feministas também aspiram o fim da pobreza, das guerras, e a construção de Estados democráticos. Nesta perspectiva feminista, o maior objetivo do empoderamento das mulheres é questionar, desestabilizar e, eventualmente, transformar a ordem patriarcal de dominação de gênero (SARDENBERG, 2008, p. 19, tradução nossa).

Na Índia, o “empoderamento” das mulheres, em sua gênese, esteve relacionado ao desenvolvimento local, auto-organizado pelas mulheres, especialmente as trabalhadoras do setor informal. Ao menos no âmbito do discurso, o “empoderamento” passava por reflexão e processos de decisão coletivos. Faziam parte desse desenvolvimento do “empoderamento” a construção de uma imagem positiva de si, a confiança em si, o desenvolvimento da capacidade de pensar criticamente, a construção de uma coesão de grupo para fins de ações coletivas, a participação igualitária no processo de construção da mudança social e a criação dos meios necessários para a independência econômica (BACQUÉ; BIENWENER, 2015). “Ao

⁹ Gandhi acreditava que o sindicato deveria cobrir todos os aspectos da vida dos trabalhadores, tanto na empresa como em suas casas. Assim o “empoderamento” deveria estar ancorado localmente e por organizações dirigidas pelas próprias mulheres (BACQUÉ; BIENWENER, 2015).

proporcionar momentos e oportunidades de empoderamento, o indivíduo e/ou seu grupo se tornam mais cientes de sua posição de exclusão e submissão e, com o apoio previsto na abertura do espaço, podem retomar o mesmo e reestruturar as relações tradicionais de poder [...]” (FERNANDES, 2016, p. 3).

Essa noção de “empoderamento” libertador se articula, segundo Batliwala (2007), com os princípios da educação popular, mais especificamente com as reflexões de Paulo Freire sobre a pedagogia do oprimido e as pedagogias libertadoras em geral, bem como com uma linha de pensamento gramsciana para criação de espaços participativos dos subalternos para fins de disputa de hegemonia¹⁰.

Fez-se necessário, entretanto, fazer aqui uma ponderação a respeito do uso do termo “empoderamento” de inspiração freiriana. Carvalho (2014), ao investigar “empoderamento” em Paulo Freire, encontrou o “conceito” de “empoderamento” em apenas uma de suas obras, “Medo e ousadia: o cotidiano do professor” (1986). Na trilogia principal de Freire, “Pedagogia do oprimido”, “Pedagogia da autonomia” e “Pedagogia da esperança”, o termo não aparece. Segundo a pesquisadora, Freire escreve “Medo e ousadia” em coautoria com Ira Shor, o qual pode ter tido grande influência sobre Freire para incorporação do termo “empoderamento” na obra. Segundo ela, Freire demonstra apreensão em usá-lo em sua análise sobre educação, porque poderia ser interpretado como uma prática que autonomizaria o aluno em relação ao professor ou que o sujeito leitor pudesse dar um sentido individualista à libertação e ao “*empowerment*”, e acrescenta que o “empoderamento” individual, ou o “empoderamento” de só alguns alunos, não seria suficiente no que se refere ao processo de transformação social. Para Freire só faz sentido um conceito de *empowerment* ligado à classes sociais, ainda que não se restrinja a elas. O “empoderamento” seria, portanto, um processo político de libertação das classes dominadas.

Carvalho (2014) cita uma entrevista com Ana Maria Araújo Freire (viúva de Paulo Freire) sobre relações entre o pensamento freiriano e o debate sobre “empoderamento”, na qual ela responde: “[...] o empoderamento nunca foi uma questão para Paulo. Ele jamais escreveu sobre isso e talvez nunca respondesse diretamente sobre esse conceito. Porque Paulo tinha um certo receio de dizer ‘eu tenho poder’” (FREIRE, s/d apud CARVALHO, 2014, p. 162). Ana Maria Freire diz que Paulo Freire não gostava de deixar brechas em suas análises para relações verticalizadas. Qualquer decisão para ele seria um “decidir com”, em processo de escuta do outro. Para isso, o indivíduo deve se tornar crítico para se posicionar contra ou a favor de algo,

¹⁰ Essa análise a partir dos subalternos é depois apropriada pela teoria pós-colonial. Para entender melhor a teoria pós-colonial, ler Cahen e Braga (2018).

assim, o diálogo estaria instaurado e seria possível construir o “ser mais”, o que é diferente do “empoderamento”.

O empoderamento é individualista, uma criação do neoliberalismo. E devemos ter cuidado com a falácia do empoderamento, pois, no processo de nossa libertação, devemos criar a nossa autonomia. Mas ninguém é livre ou autônomo sozinho, então devemos procurar, também, a libertação e autonomia do outro, dando-lhe condições de ser sujeito da história (FREIRE, s/d, apud CARVALHO, 2014, p. 162-3)

Colocadas essas ressalvas, é importante assinalar que a noção de “*empowerment*”, que em Freire tem uma firme conexão com classe social, foi incorporada por movimentos sociais, intelectuais e partidos políticos como um termo ou tática progressista (CARVALHO, 2014).

Chama a atenção na fala de Ana Maria Freire o fato de que “ninguém é livre ou autônomo sozinho”. Isso responderia a uma das questões do início do artigo sobre ser possível ou não se empoderar individualmente. León (1997) adverte que, para as mulheres que têm como naturalizada a subordinação, é difícil ou incerto que a mudança desta condição ocorra espontaneamente, por isso a necessidade de se facilitar as condições que permitam que as mulheres modifiquem a imagem de si mesmas e tomem consciência de seus direitos e capacidades através de agentes externos, ou aquilo que Cisne (2014) chama de “consciência militante feminista”¹¹. Fernandes (2016) chama a atenção para o fato de que a conscientização deve elevar o entendimento da experiência particular para o universal, do pessoal para o político, seja em espaços mais restritos, para experiências de cura, seja em espaços mais amplos, de construção política coletiva. Daí a enorme relevância da teoria, que faz a mediação entre as experiências vivenciadas e a construção política da transformação social.

[...] a conscientização deve ser central na luta contra opressão porque não toma a experiência de maneira mecânica ou essencialista, mas submete a experiência ao rigor da reflexão política e social de modo a passar a compreendê-la pela dialética da práxis (a união entre prática e teoria para a transformação do mundo, como diz Freire) (FERNANDES, 2016, p. 11).

Ainda em meados da década de 1980, o termo “empoderamento” adquire uma dimensão internacional com a rede DAWN (*Development Alternatives with Women for a New Era*¹²), criada em 1984, a partir de uma reunião de trabalho de cientistas sociais do terceiro mundo para

¹¹ Segundo Cisne (2014, p. 152), a consciência militante feminista refere-se “à percepção da mulher como sujeito de direitos, o que exige a ruptura com as mais variadas formas de apropriação e alienações dela decorrentes, especialmente a ruptura com a naturalização da subserviência que lhe é socialmente atribuída. Apenas assim podemos chegar à dimensão coletiva da consciência militante [...]”

¹² Alternativas para o Desenvolvimento com as Mulheres para uma Nova Era.

preparar o Congresso Internacional da ONU sobre mulheres em Nairobi, no Quênia, a se realizar no ano posterior. Nos dez meses seguintes circularam muitos documentos entre essas estudiosas, as quais decidiram elaborar uma plataforma de desenvolvimento feminista alternativo que mobilizasse o “empoderamento” das mulheres. O manifesto DAWN foi apresentado no foro das ONGs¹³ da conferência de Nairobi em 1985 e publicado em 1987, intitulado “*Development, Crisis and Alternative Visions. Third World Women’s Perspectives*” (BACQUÉ; BIENWENER, 2015).

O manifesto, em formato de livro, DAWN (SEN; GROWN, 1987), é importante, porque conecta a experiência concreta do trabalho local executado por essas mulheres com análises mais universais da economia, conjuntamente com crítica social. Apresenta como requisitos do “empoderamento” recursos (financeiros, conhecimento, tecnologia), construção de habilidades, formação de lideranças, processos democráticos, diálogo, participação política na tomada de decisões, técnicas para resolução de conflitos. Processos democráticos e abertos também seriam primordiais para o “empoderamento” das mulheres frente às pressões sociais e familiares em razão de sua participação no processo. Esses requisitos possibilitariam o crescimento da autonomia e do controle das mulheres pobres sobre suas próprias vidas, ligadas a processos internos das organizações em compartilhar responsabilidade e tomar decisões. O manifesto ainda é crítico à abordagem “liberal” do *Women in Development*, que afirmava que o principal problema das mulheres do terceiro mundo seria a insuficiência de sua participação em um processo positivo de crescimento e desenvolvimento, e convoca a uma mudança estrutural que combata a desigualdade de classe, gênero e raça em todos os países e na relação entre países (BACQUÉ; BIENWENER, 2015). O “empoderamento” das mulheres pobres seria condição necessária à implementação dessa forma alternativa de desenvolvimento.

Si los primeros abordajes, los de *Women in Development*, corresponden al modelo socioliberal, los que siguen – en particular, el de la red DAWN – remiten a un modelo radical en el hecho de que esse proyecto feminista involucra las múltiples dimensiones, individuales, colectivas y estructurales del poder en una perspectiva social explicitamente emancipatoria (BACQUÉ; BIENWENER, 2015, p. 66)

Segundo Sadenberg (2006, p. 5), o livro da rede DAWN concebia o “empoderamento” das mulheres como fundamental para uma transformação das estruturas de subordinação através

¹³ “Em alguns casos, ONG é um novo termo para miniempresas que comerciam com o social, ou que constituem em organizações neogovernamentais, em que o comum seriam mulheres de classe média representarem ou prestarem serviços especializados a outras mulheres, as de setores populares. Instauram-se competições entre entidades, por fundos de agências internacionais e seleciona-se o que se considera como ‘vozes legítimas do feminismo’” (CASTRO, 2000, p. 105).

de mudanças radicais na legislação, direitos de propriedade e outras instituições que reforçavam e reproduziam a dominação masculina. O “empoderamento” deveria cumprir três objetivos:

(1) questionar a ideologia patriarcal; (2) transformar as estruturas e instituições que reforçam e perpetuam a discriminação de gênero e as desigualdades sociais; e (3) criar as condições para que as mulheres pobres possam ter acesso – e controle sobre – recursos materiais e informacionais (SARDENBERG, 2006, p. 6).

Contraditoriamente, foi a internacionalização do termo “empoderamento”, em uma perspectiva mais libertadora, do manifesto DAWN, que resultou, na década de 1990, em seu uso economicista, adquirindo caráter despolitizador, apresentando-se como um “empoderamento” liberal.

Segundo Bacqué e Bienwener (2015), a atenção às questões de gênero por parte das grandes instituições multilaterais coincide com o patente fracasso das políticas neoliberais, que levou, inclusive, ao questionamento do Consenso de Washington¹⁴. As reorientações desses organismos não rompem com a economia de mercado, mas manifestam uma consideração superficial pelo social. As autoras, entretanto, alertam para o fato de que diferentes interpretações atravessam as publicações destes, as quais vão desde um polo social liberal, que articula “empoderamento” com igualdade de oportunidades, antipobreza, capacidades, participação, governança e autonomização, até um polo neoliberal, empresarial e pautado na liberdade individual, fundada em escolhas racionais. Sardenberg (2008) relembra o fato de que o “empoderamento” liberal tem sua origem no liberalismo, bem como na pauta por igualdade de oportunidades para as mulheres, no sentido do feminismo liberal¹⁵, mas que o liberalismo não deve ser apenas associado a noções de liberdade individual, direitos individuais e igualdade de oportunidades, como também com a economia neoclássica e sua aplicação neoliberal, que acarreta em ajustes estruturais, privatizações e “Estado mínimo”¹⁶, com fortes implicações sobre as mulheres, em especial as mulheres da América Latina e de outros países do sul global.

¹⁴ O Consenso de Washington foi uma agenda de reformas econômicas para a “solução” da crise da dívida latino americana do final da década de 1980.

¹⁵ A máxima representante do feminismo liberal, segundo Garcia (2015) foi a “Organização Nacional para as Mulheres” (NOW), fundada em 1966, por Betty Friedman. O feminismo liberal caracteriza a relação de homens e mulheres como desigual, e não de opressão e exploração. Acredita, portanto, que por reformas no sistema, é possível alcançar a igualdade entre os sexos. Um dos principais problemas apontados pelas feministas liberais é a exclusão das mulheres da esfera pública, portanto, uma de suas principais pautas é a inserção no mercado de trabalho. Outra pauta importante é que as mulheres ocupem cargos públicos. Na década de 1970, o feminismo radical ganhou mais adeptas que o feminismo liberal nos Estados Unidos. Contudo, mais recentemente, o feminismo liberal reciclado, volta a ter voz no movimento político. O “empoderamento” domesticado ou liberal se atrela à essa nova fase do feminismo liberal.

¹⁶ Colocamos o termo “Estado mínimo” entre aspas, porque, na verdade, mesmo no interior de um governo neoliberal, o Estado cumpre importantes funções para responder às demandas do capital, inclusive para produzir novas legislações que implicam retiradas de direitos sociais.

A ONU, desde sua criação, tem a ideologia social liberal presente em seus documentos e discursos, colocando o acento da retificação das desigualdades sociais no fortalecimento das capacidades dos pobres (BACQUÉ; BIENWENER, 2015, p. 70). A noção de “empoderamento” é bastante mobilizada nas análises calcadas nas relações de gênero.

Tanto Sadenberg (2008) quanto Bacqué e Bienwener (2015) destacam a Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres, ocorrida em 1995, em Pequim, como muito relevante para fortalecimento do uso do termo “empoderamento” por organismos multilaterais. No mesmo ano, o “empoderamento” se converte em um dos objetivos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o qual, inclusive, estabelece um índice nomeado *Gender Empowerment Measure* (Índice de Empoderamento das Mulheres¹⁷), muito influenciado pelas noções de desenvolvimento humano e de capacidade (o desenvolvimento das capacidades de cada um), de Amartya Sen (BACQUÉ; BIENWENER, 2015, p. 71). Segundo Carvalho (2014, p. 157), “para Amartya Sen, a pobreza seria um estado de desempoderamento, ao passo que o empoderamento dos pobres possibilitaria a conquista da cidadania”.

Nos objetivos do milênio para o desenvolvimento, dos anos 2000, da ONU, está na terceira posição a promoção de igualdade de sexos e “empoderamento” das mulheres.

En la ONU, el empoderamiento de las mujeres es definido ante todo, así, en términos de autonomización y se trata de dar a cada una las condiciones de participar en el juego social y económico, fortaleciendo la participación política y favoreciendo un acceso equitativo a empleos decentes, al crédito, a la tierra y a la propiedad. No obstante, no se considera aquí ninguna transformación institucional o estructural (BACQUÉ; BIENWENER, 2015, p. 73).

Essa dimensão mais individual da concepção de “empoderamento” passa a ser dominante nos documentos desses organismos. O indivíduo é descolado de sua base social, material e histórica, portanto, estrutural.

Da mesma forma se passa com o Banco Mundial, que, em 2005, já tinha mais de mil e oitocentos projetos em que mencionava o “empoderamento”, sendo que a maioria deles se referia ao “empoderamento” das mulheres (BACQUÉ; BIENWENER, 2015, p. 76). As abordagens do Banco Mundial, da mesma forma que da ONU, remetem, em grande parte, à liberdade individual e à responsabilidade dos indivíduos, baseadas em teorias neoclássicas e neoinstitucionalistas.

¹⁷ Tradução nossa.

Sardenberg (2008) fala a respeito de um transformismo do termo “empoderamento”: de um instrumento de mudança social passa a reforçar o *status quo* e garantir a continuidade das práticas dominantes. “Apesar de ter emergido no pensamento feminista como uma crítica à noção liberal de poder, o conceito de empoderamento foi apropriado pelo discurso de desenvolvimento em moda, legitimando práticas que pouco tem a ver com a concepção original desenvolvida pelas feministas do Sul” (SARDENBERG, 2008, p. 21, tradução nossa). A autora chega a falar em “empoderamento sem poder” (Idem, ibidem, p. 22), porque não sobra espaço para mudança nas relações de poder existentes na sociedade a partir dessa concepção liberal de “empoderamento”.

Uma das formas principais de se conferir “empoderamento” às mulheres nessa concepção liberal é o microcrédito. A superação da condição de pobreza das mulheres estaria assentada nas escolhas racionais tomadas por mulheres que recebem crédito via governo ou ONGs. Também está presente aí uma questão moral, de que as mulheres priorizam a proteção da família, portanto elas é que devem se responsabilizar dinheiro emprestado. A culpabilização e a responsabilização dessas mulheres vêm travestidas sob o discurso de autonomia (CARVALHO, 2014, p. 181).

Batliwala (2007) alerta para o fato de que esse tipo de política não somente não resolve o problema da condição de subordinação das mulheres, como cria novos problemas, tais como endividamento, cooptação, podem dobrar ou triplicar o tempo de trabalho das mulheres e, inclusive, gerar novas formas de violência de gênero.

O mais aterrador nesse processo é o fato de que o microcrédito ainda é uma situação menos indigna do que outros exemplos citados por Zakaria (2017, s.p.): a organização *India Partners* faz uma campanha de que, por 100 dólares, é possível empoderar uma mulher na Índia, para a qual se comprará uma máquina de costura; a *Heifer Internacional* entrega, por 390 dólares, uma “cesta do empreendedor”, que inclui coelhos, alevinos e bichos de seda a mulheres na África; A *Gates Foundation* (de Bill Gates) tem projetos de avicultura, e envia galinhas para países em desenvolvimento, para que mulheres “expressem sua dignidade e obtenham o controle”, sob a justificativa de que “as galinhas são pequenos animais mantidos perto da casa, eles são particularmente adequados para mulheres ‘empoderadas’” .

Zakaria (2017) acredita que foi importante ter levado a pauta do “empoderamento” para a Conferência de Mulheres de 1995. Porém, o “empoderamento”, que significava transformar a subordinação das mulheres, quebrar outras estruturas opressivas e realizar mobilização política, tornou-se jargão dos profissionais do desenvolvimento ocidentais, e o “empoderamento” foi totalmente despolitizado.

Essa mesma pesquisadora, Zakaria (2017), pensa que o “conceito” de “empoderamento” precisa de um resgate imediato e urgente das mãos dos pretensos “salvadores” do desenvolvimento. Já Batliwala (2007), depois da subversão do termo, se pergunta se realmente se deve continuar utilizando o termo “empoderamento”. Para ela é necessário construir uma nova linguagem, em escuta às mulheres pobres.

O “empoderamento” pode ser revolucionário?

A indagação que inicia este último item do artigo se faz necessária, porque um dos objetivos aqui é fazer refletir se os movimentos feministas devem ou não recorrer ao termo/prática política “empoderamento”. Para tanto, buscamos os fundamentos históricos e teórico metodológicos do termo, no intuito de compreender que prática política engendra. Chegamos à conclusão que o mesmo termo, “empoderamento”, responde a práticas políticas diversas, algumas com sentido mais libertador, outras bastante ratificadoras do *status quo*.

A pergunta que fica é: o “empoderamento” interessa a uma luta feminista revolucionária, que quer superar o capitalismo e o patriarcado?

Está claro e evidente que o “empoderamento” liberal, fortemente utilizado pelos organismos multilaterais, tais como ONU e Banco Mundial, não se propõe superar nem o patriarcado nem o capitalismo. Conforme pudemos analisar, as saídas individualizantes, sejam elas conservadoras, sociais liberais ou neoliberais, não rompem com a condição de dominação patriarcal sobre as mulheres, mesmo porque as saídas se reduzem a questões econômicas (microcrédito, cestas empreendedoras etc.).

A questão se torna mais complexa ao tratarmos do “empoderamento” libertador. Cabe aqui fazer a distinção apontada por Karl Marx (2010) entre emancipação política e emancipação humana. A emancipação política remete a um conjunto de direitos que garantam “liberdade” e “igualdade” formais, que colocariam as mulheres em condição cidadã. Já a emancipação humana está relacionada à eliminação de toda forma de desigualdade, dominação e exploração, ou seja, à construção de igualdade e liberdade substantivas, o que supõe a superação do capitalismo.

O que nos parece, a partir da investigação realizada, é que mesmo o “empoderamento” libertador não é radical ao ponto de propor uma prática revolucionária. Afinal, para a perspectiva revolucionária, “a luta feminista não é uma questão de interesse apenas das mulheres, mas da humanidade que se pretende livre” (DURIGUETTO; CISNE, 2015, p. 20).

Duriguetto e Cisne (2015) explicam que é muito importante questionar hierarquias de gênero e lutar por legislação igualitária, mas isso não é suficiente para estabelecer a emancipação humana. Pelo que constatamos nesta pesquisa, as lutas locais, a auto-organização das mulheres e a conscientização da sua condição de subordinação são de enorme relevância para o cotidiano dessas mulheres, especialmente do sul da Ásia e da América Latina. Entretanto, é preciso dar um passo além, que consistiria no uso da teoria para fazer as conexões entre a singularidade cotidiana dessas mulheres e o universal do modo de produção capitalista, como alicerces para uma prática radicalmente transformadora das relações patriarcal-racistas-capitalistas (CISNE, 2014). Caso contrário, estaríamos apenas amenizando a produção de miséria que o capitalismo engendra.

No limite, ao que pudemos observar, o “empoderamento”, nos seus vários sentidos, tem um caráter reformista. A luta contra a opressão não pode se desconectar da luta contra a exploração, ou seja, o feminismo revolucionário tem que ser contra o patriarcado, contra o racismo e contra o capitalismo.

Referências bibliográficas

- BACQUÉ, Marie-Hélène; BIEWENER, Carole. *El Empoderamiento: una acción progresiva que há revolucionado la política y la sociedade*. Barcelona: Gedisa, 2015.
- BATLIWALA, Srilatha. “Taking the Power out of Empowerment: An Experiential Account.” *Development in Practice*, vol. 17, no. 4/5, 2007, pp. 557–565. *JSTOR*, *JSTOR*, Disponível em <www.jstor.org/stable/25548253>. Acesso em 07 de abril de 2018.
- CAHEN, Michel; BRAGA, Ruy. Anticolonial, pós(-)colonial, decolonial: e depois? In: _____ (Orgs.). *Para além do pós (-) colonial*. São Paulo: Alameda, 2018.
- CARVALHO, Ivy. O fetiche do “empoderamento”: do conceito ideológico ao projeto econômico-político. In: MONTAÑO, Carlos (org.) *O canto da sereia: crítica à ideologia e aos projetos do “Terceiro Setor”*. São Paulo: Cortez, 2014.
- CASTRO, Mary Garcia. Marxismo, feminismos e feminismo marxista – mais que um gênero em tempos neoliberais. In: *Crítica Marxista*, n. 11. São Paulo: Boitempo, 2000.
- CISNE, Mirla. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2014.
- CRONIN-FURMAN, Kate; GOWRINATHAN, Nimmi; ZAKARIA, Rafia. *Emissaries of empowerment*. New York: Colin Powell School, 2017. Disponível em <<http://www.deviarchy.com/emissaries-of-empowerment/>>. Acesso 10 de abril de 2018.

- DURIGUETTO, Maria Lúcia; CISNE, Mirla. Feminismo e radicalização da democracia: desafios em tempos de recrudescimento do conservadorismo no Brasil. *Ser Social*, vol. 17, n. 36, Brasília, jan/jun, 2015.
- FERNANDES, Sabrina. Feminismo, solidariedade e revolução: atuais obstáculos para a superação da opressão. Mimeo, 2016. Disponível online em <<https://medium.com/@sabrinafbf/feminismo-solidariedade-e-revolu%C3%A7%C3%A3o-b79dc3f9d5cb>>. Acesso em 08 de abril de 2018.
- GARCIA, Carla Cristina. *Breve história do feminismo*. São Paulo: Claridade, 2015.
- LEÓN, Magdalena de. *Poder y Empoderamiento de las Mujeres*. Bogotá: coedición del Tercer Mundo Editores; Fondo de Documentación Mujer y Genero de la Universidad Nacional de Colombia, 1997.
- MARX, Karl. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- SARDENBERG, Cecília. Conceituando “Empoderamento” na perspectiva feminista. Transcrição revisada de comunicação oral apresentada ao I Seminário Internacional: trilhas do empoderamento de mulheres. Promovido pelo MEIM/UFBA, Salvador, Bahia, de 5 a 10 de junho de 2006. Disponível em <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>>. Acesso em 10 de janeiro de 2018.
- _____. Liberal vs. Liberating Empowerment: a Latin American feminist perspective on conceptualising women’s empowerment. *IDS Bulletin*, vol 39, n. 6, dezembro, 2008. Disponível em <<https://doi.org/10.1111/j.1759-5436.2008.tb00507.x>>. Acesso em 2º de fevereiro de 2018.
- SEN, Gita; GROWN, Caren. *Development, Crisis and Alternativo Visions*. Third World Women’s Perspectives. Nova Iork: Monthly Review Press, 1987.
- ZAKARIA, Rafia. O mito do “empoderamento” feminino. *Medium*, 17 de outubro de 2017. Disponível em <<https://medium.com/qg-feminista/o-mito-do-empoderamento-feminino-aa17530733cb>>. Acesso em 15 de abril de 2018.